

CONTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE PRÁTICA DE ENSINO EM QUÍMICA SOBRE A INCLUSÃO DE DEFICIENTES INTELECTUAIS EM SALA DE AULAS REGULARES

SILVIA HELENA BONFIM GOMES RODRIGUES ¹

RESUMO

A educação inclusiva é considerada um novo desafio para os professores. A discussão sobre este tema é de extrema relevância para os profissionais da educação, levando em consideração que além das problemáticas comuns da sala de aula, o professor agora tem que lidar com alunos que antes eram atendidos somente por escolas especializadas, escolas estas que possuíam profissionais que compreendiam o caso clínico de cada aluno. O professor de química em suas atividades cotidianas já enfrenta muitos desafios dentro de sala de aula para despertar o interesse dos discentes para esta ciência. Tal tarefa é ainda mais desafiadora quando lida com estudantes portadores de alguma deficiência, principalmente quando se trata da inclusão de deficientes intelectuais, pois altera consideravelmente a rotina de sala de aula regular, requerendo um comprometimento maior do professor em busca de metodologias que possam auxiliar o desenvolvimento desse estudante. Para isso é necessário que o docente possua uma série de habilidades e competências além das já exigidas. Estas, por sua vez, já devem começar a ser construídas dentro das Universidades, com uma formação inicial adequada para preparar esse profissional a lidar com as questões de uma sala de aula diversificada. Entende-se que a universidade deve contribuir para uma formação que auxilie o acadêmico a se impor dentro de uma sala inclusiva, e principalmente a entender e aceitá-la como um desafio a mais na sua vida como profissional. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar como a disciplina de Prática de Ensino pode contribuir na formação dos Licenciados em Química, para que estes possam trabalhar com inclusão de alunos com deficiência intelectual, em salas de aulas regulares. A definição para o retardo mental, ou deficiência intelectual, mais aceita no Brasil é a da American Association on Mental Retardation (AAMR), qual seja: "importantes limitações tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo (expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas), com início antes dos 18 anos" (CARNEIRO, 2015; ALMEIDA, 2007). Em 1990, na Tailândia, ocorreu a 'Conferência Mundial sobre Educação para Todos'. Com base nessa conferência e reafirmando o que nela foi discutido, em 1994, em Salamanca na Espanha, foi assinado pelos governos e organizações não governamentais um documento conhecido como a "Declaração de Salamanca", documento este que oficializa a inclusão no campo da

educação (CAVALCANTI, 2007). Neste documento constam os princípios norteadores da inclusão escolar, determinando que independente de suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, todas as crianças têm o direito fundamental à educação. Em vista disso, os sistemas de educação devem se organizar para atender a diversidade destas características e necessidades (UNESCO, 1998). A formação inicial, com ênfase nas disciplinas de Prática de Ensino, deve auxiliar na formação de professores, capacitando os licenciados na compreensão das demandas das escolas, formando profissionais capazes de atuarem nos mais diversos ambientes, proporcionando-os autoconfiança e conhecimentos adequados para uma atuação eficaz. O presente trabalho foi realizado na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com estudantes do 7º semestre do curso de Licenciatura em Química. A pesquisa foi baseada em um questionário investigativo composto de 10 questões, submetido a 40 discentes, buscando saber opinião destes sobre como as disciplinas de práticas de ensino em seus conteúdos, aborda a questão da inclusão de alunos deficientes intelectuais em escolas regulares. No processo investigativo, foram coletados depoimentos de 23 estudantes que já atuavam como professor e já viveram a experiência de inclusão de alunos especiais. E eles relataram que os conhecimentos e as estratégias aprendidas nas disciplinas pedagógicas ofertadas na graduação, lhes auxiliaram muito nesse processo. Também foi verificado, que mais da metade dos alunos entrevistados não tiveram acesso a conteúdos que reportassem a questão da inclusão e que os orientassem na prática docente e, segundo eles, as poucas informações obtidas a respeito da problemática, foram pouco contributivas e fora da realidade do modelo de ensino que as escolas procuram. Nesse contexto, quase 50% dos alunos entrevistados, afirmaram não ter recebido abordagem sobre assuntos relacionados ao ensino para inclusão de portadores de deficiência intelectual nas disciplinas de prática de ensino, enquanto que os outros 50% afirmam que sim, tiveram orientações sobre o assunto, mais que não foi um conhecimento significativo em função da sua superficialidade. O número de depoimentos que consideram a disciplina como aliada em sua prática pedagógica para este fim, é praticamente insignificante considerando os contrários. A disciplina de Prática de Ensino deveria dar suporte teórico e prático aos acadêmicos, pois em uma análise feita da ementa, observou-se que ela abrange uma boa gama dos conteúdos aqui discutidos. Entretanto, ficou evidente nesse trabalho, que os conteúdos são tratados de forma superficial, emergindo os licenciandos demasiadamente em teorias filosóficas, que não se aplicam a prática que será vivenciada por eles. Todavia, entende-se que o tema é bem complexo para ser discutido e necessitaria de um professor formador especialista nessa área da educação. Se este não o for, não terá como acrescentar o mínimo necessário a prática pedagógica dos discentes. Referências: CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. A Deficiência Intelectual como Produção Social: Reflexões a partir da Abordagem Histórico-Social. In: Reunião Nacional da ANPED, 37ª. UFSC. Florianópolis. Santa Catarina. 2015, p.1-16. CAVALCANTI, Ana Maria Leite. A Inclusão do Aluno com Deficiência

Mental no Ensino Médio: um estudo de caso. 2007. 158 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. 1998. BR/1998/PI/H/7. Disponível em . Acesso em: 21/09/2018.

Palavras-chave: .

¹ , ;